

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94 – Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 2º trimestre de 2015, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

O presente Relatório de Atividades abrange as principais ações levadas a efeito pelo TCDF no trimestre, reunindo as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade fim do Tribunal.

Tais realizações, desenvolvidas em alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, traduzem os esforços desta Casa para cumprir sua missão de maneira cada vez mais efetiva, eficaz e eficiente.

Renato Rainha
Presidente

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF | 4 |
| 3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO | 5 |
| 3.1 Julgamentos e Decisões | 5 |
| 3.1.1 Sessões Realizadas | 5 |
| 3.1.2 Cobranças Executivas | 6 |
| 3.2 Fiscalização Realizada | 7 |
| 3.2.1 Auditorias e Inspeções | 7 |
| 3.2.2 Instrução de Processos | 8 |
| 3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle | 9 |
| 4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS | 14 |
| 4.1 Planejamento e Modernização Institucional | 14 |
| 4.2 Gestão de Recursos Humanos | 14 |
| 4.3 Atividades da Escola de Contas | 15 |
| 4.4 Intercâmbio institucional | 16 |
| 4.5 Execução da Despesa | 16 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 18 |

1. INTRODUÇÃO

Dispondo de 618 servidores ativos em 30.06.15, o TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma (Anexo 1) e de acordo com a composição descrita a seguir:

- *colegiado: Plenário;*
- *direção: Presidente e Vice-Presidente/Corregedor;*
- *órgãos técnicos e administrativos: Gabinetes do Presidente, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal e Procuradores; Secretaria-Geral de Controle Externo; Secretarias de Controle Externo; Núcleos de Fiscalização; Consultoria Jurídica; Secretaria das Sessões; Secretaria-Geral de Administração; Escola de Contas, Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; Divisão de Controle Interno e Divisão de Tecnologia da Informação.*

Regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, atua nesta Corte o Ministério Público junto ao Tribunal, com três Procuradores sob a direção de um Procurador-Geral, exercendo as funções de guarda da lei e fiscal de sua execução.

Por intermédio desses órgãos efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de Controle Externo.

Constitui-se, pois, este Relatório de Atividades em documento que consolida as realizações do Tribunal no 2º trimestre de 2015, nos campos administrativo e do Controle Externo, distribuídas de acordo com os seguintes tópicos:

- *Atividades de Controle Externo - Julgamentos e decisões; fiscalização realizada; e Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle;*
- *Atividades Organizacionais - Planejamento e modernização institucional; gestão de recursos humanos; e execução da despesa;*
- *Considerações Finais - Síntese das realizações do período e comentários finais;*
- *Anexos - Organograma do Tribunal e Execução da Despesa.*

2. PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCDF

| | |
|--|-------------------------|
| Número de decisões do Tribunal | 1.554 |
| Acórdãos proferidos | 319 |
| Valor das condenações | R\$ 6.733.491,45 |
| Licitações e contratos suspensos cautelarmente | 20 |
| Responsáveis condenados em débito e/ou multados | 80 |
| Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Distrital | 58 |
| Processos julgados conclusivamente | 738 |

Fonte: e-TCDF

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 Julgamentos e Decisões

O julgamento das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo a serem apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões referentes às atividades de Controle Externo são atos formalizados por deliberações do Plenário, podendo o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno, decidir também sobre matéria de competência do Tribunal, *ad referendum* do Plenário.

3.1.1 Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 2º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas foram proferidos 319 acórdãos e 738 processos foram julgados conclusivamente.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

| Tipo de Sessão | Sessões | Decisões |
|-------------------------------|-----------|--------------|
| Ordinária | 23 | 1.519 |
| Extraordinária | 0 | 0 |
| Extraordinária administrativa | 9 | 13 |
| Extraordinária reservada | 13 | 22 |
| Especial | 0 | 0 |
| Total | 45 | 1.554 |

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no site do TCDF na *Internet*, no endereço www.tc.df.gov.br

Despachos Singulares – Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

| Tipo de Sessão | Despachos realizados |
|-------------------------------|----------------------|
| Ordinária | 298 |
| Extraordinária | 0 |
| Extraordinária administrativa | 1 |
| Extraordinária reservada | 7 |
| Total | 306 |

A Presidência proferiu 8 decisões e 1 decisão liminar, na qual o Presidente decidiu *ad referendum* do Plenário, com fundamento no art. 85 do Regimento Interno do TCDF.

Processos Apreciados - No período, foram apreciados pelo Tribunal 1.554 processos, entre decisões preliminares e conclusivas. A Tabela 3 agrupa esses processos de acordo com os principais assuntos a que se referem.

Tabela 3: Processos Apreciados por Assunto

| Assunto | Quantidade | % |
|---|-------------------|---------------|
| Tomada de Contas Especial | 331 | 21,3% |
| Aposentadoria | 317 | 20,4% |
| Representação | 162 | 10,4% |
| Admissão de Pessoal | 146 | 9,4% |
| Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias | 121 | 7,8% |
| Licitação | 105 | 6,8% |
| Pensão Civil | 99 | 6,4% |
| Auditoria de Regularidade | 40 | 2,6% |
| Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão | 27 | 1,7% |
| Denúncia | 21 | 1,4% |
| Pensão Militar | 20 | 1,3% |
| Auditoria de Desempenho/Operacional | 17 | 1,1% |
| Reforma (Militar) | 15 | 1,0% |
| Análise de Concessão | 13 | 0,8% |
| Inspeção | 12 | 0,8% |
| Monitoramento de Decisões | 11 | 0,7% |
| Contrato, Convênios e outros ajustes | 11 | 0,7% |
| Edital de Concurso Público | 9 | 0,6% |
| Outros | 77 | 5,0% |
| Total | 1.554 | 100,0% |

Licitações e contratos suspensos cautelarmente – Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, os relatores designados, ou o Tribunal, concederam medidas cautelares em 20 processos, conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4: Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente

| Nº do Processo | Decisão/Despacho Singular |
|----------------|--------------------------------|
| 7525/ 2015 | 1320/ 15 |
| 21305/ 2014 | 1474/ 15 |
| 8360/ 2015 | 1475/ 15 |
| 26579/ 2014 | 1479/ 15 |
| 4453/ 2015 | 1621/ 15 |
| 9293/ 2015 | 1623/ 15 |
| 9633/ 2015 | Desp. Singular nº 140/ 15-GCPM |
| 8645/ 2015 | 1792/ 15 |
| 9927/ 2015 | 1793/ 15 |
| 11142/ 2015 | Desp. Singular nº 304/ 15-GCAM |
| 35268/ 2014 | 1981/ 15 |
| 13447/ 2015 | 2056/ 15 |
| 13030/ 2015 | 2120/ 15 |
| 12793/ 2015 | 2123/ 15 |
| 35845/ 2014 | 2124/ 15 |
| 14834/ 2015 | 2162/ 15 |
| 13552/ 2015 | 2165/ 15 |
| 15555/ 2015 | Desp. Singular nº 193/ 15-GCPM |
| 14842/ 2015 | Desp. Singular nº 212/ 15-GCM |
| 16357/ 2015 | 2510/ 15 |

3.1.2 Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em ACORDÃO, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do MPjTCDF 532 ACORDÃOS do TCDF, dos quais 178 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Os ACORDÃOS sob acompanhamento podem ser visualizados no *site* do MPjTCDF na *internet*, no *link* EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS.

Destaque, no período, a posse da Procuradora Cláudia Fernanda Oliveira no cargo de Procuradora-Geral do Ministério Público, para mandato de 2 anos à frente do órgão.

Nos campos institucional e administrativo foram desenvolvidas pelo MPJTCDF diversas ações, cabendo realçar, no trimestre, a participação de membros e servidores em eventos de capacitação, consolidados na Tabela 9 (item 4.2 - *Gestão de Recursos Humanos*), bem como o encaminhamento ao TCDF de 22 representações alusivas à fiscalização de assuntos de competência do Tribunal.

3.2 Fiscalização Realizada

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo-se aí a realização de AUDITORIAS e INSPEÇÕES nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

1.1.1 Auditorias e Inspeções

AUDITORIA é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial – especialmente quanto à legalidade e à legitimidade –, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a INSPEÇÃO é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

Foram concluídas, no trimestre, 11 AUDITORIAS e 26 INSPEÇÕES. Com o propósito de apresentar os órgãos e entidades mais fiscalizados, elaborou-se a Tabela 5 onde a participação relativa indicada foi calculada com base no total de fiscalizações efetivamente concluído.

Tabela 5: Entes Jurisdicionados Fiscalizados

| Jurisdicionado | Auditorias | Inspecões | Total de Fiscalizaões (*) | Participação no Total de Fiscalizaões |
|--|------------|-----------|---------------------------|---------------------------------------|
| Secretaria de Estado de Saúde - SES | 0 | 6 | 6 | 15,4% |
| Administraão Regional de Brasília - RA I | 0 | 2 | 2 | 5,1% |
| Banco de Brasília - BRB | 0 | 2 | 2 | 5,1% |
| Secretaria de Estado de Mobilidade - SEMOB | 2 | 0 | 2 | 5,1% |
| Vários órgãos e entidades da Administração Distrital (folha de pagamento - Processo: 560/2015) | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Administraão Regional de Ceilândia - RA IX | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Administraão Regional do Guará - RA X | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Administraão Regional do Recanto das Emas - RA XV | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Administraão Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - RA XXV | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Administraão Regional do Varjão - RA XXIII | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - METRO | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Companhia Energética de Brasília - CEB | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Departamento de Estrada de Rodagem - DER-DF | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Departamento de Trânsito - DETRAN | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Fundação de Apoio à Pesquisa - FAPDF | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Fundação Hemocentro de Brasília - FHB | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEEMA | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Polícia Militar do DF - PMDF | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado de Cultura do DF - SEC | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado de Educação - SE | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado de Governo - SEG | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado de Turismo - SETUR | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS | 0 | 1 | 1 | 2,6% |
| Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF | 1 | 0 | 1 | 2,6% |
| | 11 | 28 | 39 | 100% |

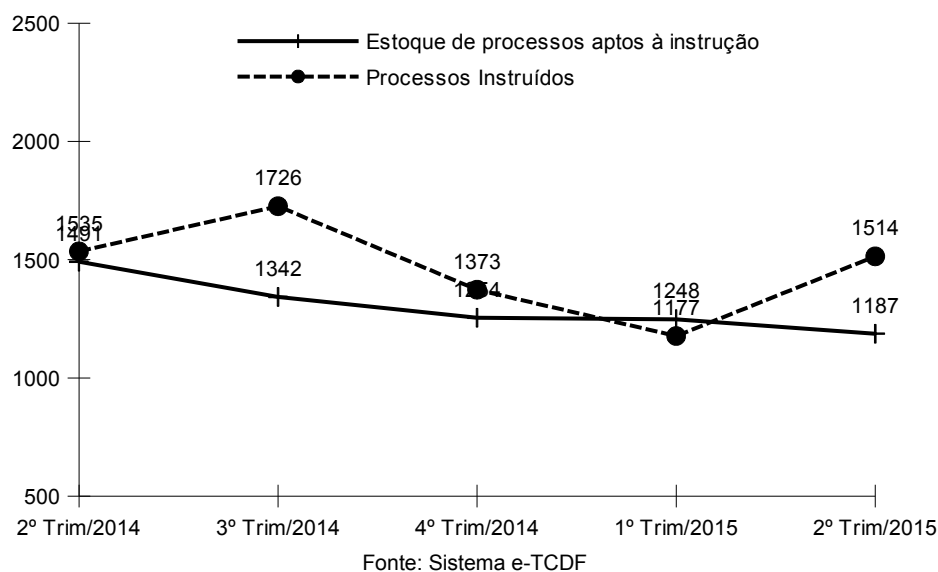
(*) Considerar que uma fiscalizaão poderá abranger mais de um jurisdicionado.

3.2.1 Instruão de Processos

Instruão é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos, para fins de apreciaão pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspecões quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestaões de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de INSTRUÇÃO DE PROCESSOS ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício na área-fim do Tribunal. Os processos de diversas naturezas são instruídos pelas Secretarias e Núcleos de Fiscalização e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público. No segundo trimestre, foram realizadas 1.514 INSTRUÇÕES DE PROCESSOS. O Gráfico 1 registra a realização de INSTRUÇÕES DE PROCESSOS a cada trimestre do ano, confrontando tal atividade com o ESTOQUE DE PROCESSOS para serem instruídos ao final de cada período.

Gráfico 1: Instrução e Estoque de Processos



A Tabela 6, por sua vez, agrupa os processos instruídos no período de acordo com os principais assuntos a que se referem.

Tabela 6: Processos Instruídos por Assunto

| Assunto | Quantidade | % |
|---|-------------------|---------------|
| Aposentadoria | 344 | 22,7% |
| Tomada de Contas Especial | 319 | 21,1% |
| Admissão de Pessoal | 153 | 10,1% |
| Representação | 152 | 10,0% |
| Licitação | 117 | 7,7% |
| Pensão Civil | 100 | 6,6% |
| Auditoria e Inspeção | 93 | 6,1% |
| Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias | 75 | 5,0% |
| Análise processual | 32 | 2,1% |
| Pensão Militar | 24 | 1,6% |
| Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão | 22 | 1,5% |
| Reforma (Militar) | 18 | 1,2% |
| Denúncia | 18 | 1,2% |
| Contrato, Convênios e outros ajustes | 15 | 1,0% |
| Editais de Concurso Público | 8 | 0,5% |
| Acompanhamento de Gestão | 5 | 0,3% |
| Solicitações de Informações | 5 | 0,3% |
| Consulta | 4 | 0,3% |
| Limite de Aplicação de Recursos | 4 | 0,3% |
| Pedido de Prorrogação de Prazo | 3 | 0,2% |
| Contas de Governo | 1 | 0,1% |
| Suprimento de Fundos | 1 | 0,1% |
| Estudos Especiais | 1 | 0,1% |
| Total | 1.514 | 100,0% |

Cumpra acrescentar que os atos de concessão de aposentadorias, pensões, reformas (e respectivas revisões) dos servidores dos órgãos jurisdicionados são analisados e instruídos pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal em bloco, ou seja, vários atos podem ser apreciados em um mesmo processo. Assim, importa consignar que, no segundo trimestre, foram instruídos 843 atos dessa natureza.

Registre-se, ainda, que ao final do 2º trimestre, do estoque total de 3.067 PROCESSOS A INSTRUIR, 1.187 autos encontravam-se APTOS À INSTRUÇÃO, ou seja, em condições de serem instruídos; e 1.880 processos estavam COM TRAMITAÇÃO PARALISADA, aí incluídos os sobrestados e os que aguardam processo de tomada de contas especial, cumprimento de diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstam a instrução do processo.

3.3 Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle

Em razão do volume de recursos a serem fiscalizados e da crescente evolução e complexidade das normas que organizam as atividades do Estado, as instituições de controle necessitam estar cada vez mais aparelhadas a atuar de forma ágil e transparente, utilizando-se de critérios relativos à seletividade, materialidade, entre outros. Nesse contexto, a sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que torna cada vez mais essenciais as atividades executadas pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a este último, sua ocorrência e relevância reside no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

Em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 80 responsáveis. Deste total, 58 foram inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública distrital. A Tabela 7 registra o Valor das Condenações e os respectivos processos.

Tabela 7: Valor das Condenações

| Processo | Valor (R\$) |
|------------|-------------|
| 22663/2012 | 215.425,15 |
| 8881/2013 | 46.636,60 |
| 29765/2012 | 133.343,14 |
| 29978/2012 | 79.856,91 |
| 7125/2013 | 96.617,57 |
| 9047/2013 | 95.024,33 |
| 9276/2013 | 99.326,91 |
| 29641/2012 | 117.933,12 |
| 4245/2014 | 84.787,70 |
| 11291/2013 | 63.399,98 |
| 17945/2012 | 5.849,00 |
| 4350/2014 | 131.383,50 |
| 32508/2011 | 116.416,18 |
| 8873/2013 | 63.503,46 |
| 8997/2013 | 59.438,10 |
| 9292/2013 | 81.111,45 |
| 2870/2014 | 191.472,53 |
| 28075/2007 | 211.946,13 |
| 29136/2007 | 129.896,62 |
| 28866/2012 | 103.104,09 |
| 5670/2013 | 96.815,83 |
| 30895/2012 | 133.283,70 |

Tabela 7: Valor das Condenações (continuação)

| Processo | Valor (R\$) |
|--------------|---------------------|
| 7621/ 2013 | 78.966,24 |
| 11771/ 2013 | 109.176,27 |
| 24127/ 2012 | 82.782,95 |
| 22761/ 2010 | 84.893,04 |
| 31734/ 2014 | 87.952,64 |
| 18873/ 2013 | 127.196,91 |
| 28941/ 2013 | 52.285,23 |
| 24466/ 2013 | 1.169,80 |
| 18505/ 2011 | 2.507,20 |
| 29420/ 2012 | 115.969,22 |
| 29285/ 2012 | 147.919,85 |
| 19072/ 2011 | 2.000,00 |
| 24575/ 2009 | 3.000,00 |
| 29412/ 2012 | 70.505,54 |
| 14355/ 2013 | 92.260,87 |
| 29927/ 2012 | 119.765,96 |
| 8733/ 2013 | 85.369,83 |
| 17350/ 2012 | 237.153,29 |
| 17959/ 2011 | 4.469,80 |
| 29366/ 2012 | 84.672,89 |
| 21730/ 2012 | 80.015,76 |
| 29773/ 2012 | 117.904,09 |
| 30887/ 2012 | 68.692,90 |
| 2409/ 2013 | 55.648,28 |
| 3109/ 2014 | 37.514,68 |
| 21276/ 2012 | 2.339,60 |
| 29986/ 2012 | 140.205,20 |
| 18873/ 2013 | 187.061,54 |
| 28941/ 2013 | 96.288,14 |
| 24466/ 2013 | 198.412,18 |
| 18505/ 2011 | 97.280,40 |
| 29420/ 2012 | 173.488,67 |
| 29285/ 2012 | 197.982,09 |
| 19072/ 2011 | 158.379,65 |
| 24575/ 2009 | 75.771,10 |
| 29412/ 2012 | 104.784,96 |
| 14355/ 2013 | 71.995,76 |
| 29927/ 2012 | 1.169,80 |
| 8733/ 2013 | 129.882,46 |
| 17350/ 2012 | 100.756,91 |
| 17959/ 2011 | 103.938,78 |
| 29366/ 2012 | 3.669,80 |
| 21730/ 2012 | 82.320,44 |
| 29773/ 2012 | 162.398,36 |
| 30887/ 2012 | 87.336,33 |
| 2409/ 2013 | 146.087,77 |
| 3109/ 2014 | 223.509,39 |
| Total | 6.733.491,45 |

4. ATIVIDADES ORGANIZACIONAIS

4.1 Planejamento e Modernização Institucional

As ações e iniciativas organizacionais a seguir relatadas norteiam-se nos objetivos estratégicos do Tribunal, que privilegiam a priorização e a orientação das ações de controle externo por relevância, a garantia de maior efetividade dos instrumentos de controle e a agilidade do ciclo processual, a intensificação de medidas preventivas e orientadoras, o monitoramento do cumprimento das decisões, a ênfase no controle sistêmico, o aprimoramento da comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, a permanente qualificação e motivação dos servidores, o desenvolvimento de cultura orientada para resultados, e a intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle.

Com relação à avaliação do desempenho organizacional, mediante a Portaria nº 237/15, foi instituída uma comissão interna composta por 3 servidores, incumbida de aplicar, no âmbito do TCDF, o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC – desenvolvido pela Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. O MMD-TC é uma ferramenta de autoavaliação que viabiliza aos Tribunais de Contas medir o seu desempenho comparativamente às boas práticas internacionais e às diretrizes estabelecidas pela referida associação.

Quanto à elaboração do Plano Estratégico do Tribunal para o período 2016-2019, foi realizada no período uma pesquisa de opinião com a participação de membros e servidores do TCDF, com vistas à elaboração de análise ambiental interna que subsidiará o referido trabalho.

Ainda no trimestre, foi editada a Portaria nº 257/15, que altera a Portaria nº 333/11 e designa servidores para a comissão que trata do desenvolvimento e aprimoramento do processo eletrônico no TCDF.

4.2 Gestão de Recursos Humanos

Desenvolver o capital humano para o pleno atingimento dos objetivos estratégicos institucionais tem sido uma preocupação permanente da direção do Tribunal. Neste sentido, as ações na área de gestão de recursos humanos do TCDF objetivam dotá-lo de servidores competentes e motivados para o exercício das suas atribuições funcionais.

Nesta área, foram aprovadas a Resolução nº 279/15, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário no âmbito do TCDF, por membros e servidores aposentados, e a Resolução nº 280/15, que dispõe sobre a concessão de indenização de transporte prevista no art. 106 da LC nº 840/11.

Quadro de Pessoal – A Tabela 8 retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no final do trimestre anterior.

Tabela 8: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

| Cargo/Função | Efetivo Previsto | Cargos Ocupados | | % de Cargos Ocupados 30.06.15 |
|-----------------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|-------------------------------------|
| | | Posição em 31.03.15 | Posição em 30.06.15 | |
| Auditor de Controle Externo | 270 | 256 | 270 | 100 |
| Técnico de Controle Externo | 34 | 3 | 3 | 9 |
| Analista de Administração Pública | 50 | 31 | 38 | 76 |
| Técnico de Administração Pública | 120 | 115 | 115 | 96 |
| Subtotal | 474 | 405 | 426 | 90 |
| Conselheiros | 7 | 7 | 7 | 100 |
| Auditores | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Procuradores | 4 | 4 | 4 | 100 |
| Comissionados sem vínculo efetivo | - | 51 | 55 | - |
| Requisitados a outros Órgãos | - | 52 | 51 | - |
| Subtotal | 14 | 114 | 117 | - |
| Total | 488 | 519 | 543 | - |
| Cargos em Extinção | | | | |
| Técnico de Administração Pública | 138 | 42 | 42 | 30 |
| Auxiliar de Administração Pública | 73 | 33 | 33 | 45 |
| Total | 211 | 75 | 75 | 36 |

4.3 Atividades da Escola de Contas

Criada pela Lei nº 5.286/13, a Escola de Contas Públicas do TCDF teve estabelecidas, por meio da Resolução nº 273/14, as denominações, as competências setoriais e as atribuições das unidades e dos cargos e funções que fazem parte da sua estrutura.

Em alinhamento com o Objetivo Estratégico que preconiza ao Tribunal ‘INTENSIFICAR MEDIDAS PREVENTIVAS E ORIENTADORAS’, a Escola de Contas deu continuidade à promoção de eventos para jurisdicionados e organizações da sociedade, com destaque para a realização de encontro com cerca de 100 conselheiros regionais de saúde do DF, com vistas à orientação quanto ao controle social e à prestação de contas.

Relativamente ao MMD-TC, comentado no item 4.1 *Planejamento e Modernização Institucional*, foi proferida uma palestra com o tema “Avaliação de Desempenho dos Órgãos de Controle Externo: conhecendo o *Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework* (SAI-PMF) da Intosai e o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC)”. A abertura do evento foi feita pelo Presidente do TCDF.

Ainda em relação a matéria afeta à competência da Escola de Contas, foi publicada no trimestre a Portaria nº 276/15, que dispõe sobre a

concessão de bolsa parcial de estudo para curso de idioma estrangeiro aos membros e servidores ativos do TCDF.

Ações de Capacitação – A Escola de Contas Públicas do TCDF, por meio da Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas – COOSEP, desenvolve periodicamente ações voltadas para o permanente aperfeiçoamento de membros e servidores da Casa, tais como cursos, palestras e seminários. A Tabela 9 consolida os eventos realizados ou iniciados no 2º trimestre.

Tabela 9: Demonstrativo dos Eventos de Capacitação dos Servidores

| Cursos | Número de participantes | Carga Horária (h) | Custo do evento (R\$) | Local |
|---|--------------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------------|
| 44º CURSO SOBRE RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS | 3 | 20 | 5.250,00 | Brasília |
| CURSO "A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO" | 1 | 16 | 1.120,00 | Brasília |
| A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO | 32 | 20 | 4.500,00 | Brasília-DF (TCDF) |
| AUDITORIA EM OBRAS RODOVIÁRIAS - MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS | 19 | 40 | 29.000,00 | Brasília (TCDF) |
| CURSO COMPLETO DE GERENCIAMENTO DAS COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 3 | 32 | s/ custo | Curitiba |
| CURSO DE AMBIENTAÇÃO PARA NOVOS SERVIDORES - TURMA II | 24 | 10 | s/ custo | Brasília (TCDF) |
| CURSO DE AMBIENTAÇÃO PARA NOVOS SERVIDORES - TURMA III | 15 | 10 | s/ custo | Brasília (TCDF) |
| CURSO DE CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA | 1 | 72 | 1.800,00 | Brasília |
| CURSO ELABORAÇÃO DE PLANILHAS DE ORÇAMENTO DE OBRAS COMO NOVO SINAPI | 5 | 16 | 10.760,00 | Brasília |
| EXCEL AVANÇADO | 15 | 24 | 2.630,00 | Brasília (TCDF) |
| FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA EXECUTORES DO TCDF | 38 | 30 | 4.500,00 | Brasília (TCDF) |
| GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS | 2 | 24 | 7.000,00 | Brasília |
| PENTAHO OPEN SOURCE BUSINESS INTELLIGENCE | 5 | 32 | 14.000,00 | Brasília |
| PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, CONTRADITÓRIO, JULGAMENTO E RECURSOS | 31 | 16 | 35.500,00 | Brasília (TCDF) |
| SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS - <i>Esocial</i> | 2 | 16 | s/ custo | Brasília |
| TREINAMENTO DO SISTEMA TERRAGEO | 15 | 4 | s/ custo | Brasília (TCDF) |
| TREINAMENTO DO SOFTWARE SAS - MÓDULO ADMINISTRAÇÃO | 1 | 25 | s/ custo | Brasília |
| TREINAMENTO PLATAFORMA CHANNEL | 43 | 4 | s/ custo | Brasília (TCDF) |
| TREINAMENTO SIGGO (Sistema Integrado de Contabilidade Governamental) | 15 | 20 | 4.500,00 | Brasília (TCDF) |
| XVIII CURSO SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | 2 | 20 | 3.200,00 | Brasília |
| Outros Eventos | | | | |
| 2º SEMINÁRIO AVANÇADO DE PAD | 1 | 25 | 3.290,00 | Curitiba |
| 49º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM E 1º CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO | 2 | 20 | 1.600,00 | Natal |
| II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO FINANCEIRO | 1 | 15 | s/ custo | Campo Grande |
| III SEMINÁRIO LUSO BRASILEIRO DE DIREITO | 1 | 12 | s/ custo | Lisboa - Portugal |
| IV SEMINÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA | 2 | 24 | s/ custo | Maputo - Moçambique |
| JORNADAS CIENTÍFICAS DO IRB | 1 | 4 | s/ custo | Brasília (TCDF) |
| REUNIÃO TÉCNICA REALIZADA PELO COMITÊ DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL - IRB | 2 | 8 | s/ custo | Belo Horizonte |
| SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL 100% DIGITAL | 6 | 15 | s/ custo | Brasília |
| | 288 | 574 | 128.650 | - |

4.4 Intercâmbio institucional

Na perspectiva de Processos Internos do Mapa Estratégico do Tribunal o tema “RELACIONAMENTO” é composto por dois Objetivos Estratégicos que guardam estreita ligação. O primeiro preconiza “intensificar o intercâmbio com órgãos de controle”, e o segundo orienta “fortalecer a relação com o Legislativo, jurisdicionado e outras instituições”.

Neste contexto, o TCDF tem desenvolvido uma série de iniciativas organizacionais com o objetivo de garantir o alinhamento estratégico, mediante a

intensificação do intercâmbio com os demais órgãos de controle e outras instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

No período sob enfoque, o TCDF deu início a um projeto-piloto, juntamente com o TCU e outros quatro TCs estaduais (TCE-ES, TCE-PE, TCE-PR e TCE-RS), para dar mais agilidade e eficiência ao controle externo. O projeto deve se tornar um embrião de uma rede nacional de fiscalização e combate a fraudes no serviço público. As cortes de contas vão compartilhar dados entre si por meio do Laboratório de Informações de Controle (LabContas), disponibilizado pelo TCU.

Como parte das ações de cooperação técnica firmada entre o TCDF e o Tribunal Administrativo de Moçambique – TAMZ, foi assinado no período o termo de cessão do Sistema de Processo Eletrônico do TCDF ao TAMZ.

Outra atividade de destaque no período, foi a participação do Presidente do TCDF no III Seminário Luso-Brasileiro de Direito, ocorrido na cidade de Lisboa, em Portugal. Na ocasião, os Presidentes do TCDF e do TCU celebraram um convênio com o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio em ensino e pesquisa. O acordo firmado cria incentivos para a participação de servidores do TCDF e do TCU em programas de ensino e pesquisa do IDP e do ICJPD da Universidade de Lisboa.

4.5 Execução da Despesa

O Anexo 2 – Demonstrativo da Execução da Despesa contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício em curso e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se, no citado Anexo, que a execução da despesa alcançou R\$ 156.636.299,97, equivalendo a 47,1% da despesa autorizada total de R\$ 332.733.030,00, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 176.096.730,03.

Ainda no que se refere à despesa pública, o Relatório de Gestão Fiscal do TCDF, referente ao 1º quadrimestre de 2015, aponta que a despesa total de pessoal desta Corte atingiu o valor de 0,89% da Receita Corrente Líquida – RCL, estando, pois, dentro dos limites permitidos pela LRF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos institucionais e a programação aprovada no Plano Geral de Ação do TCDF para 2015 foram realizadas, no segundo trimestre, as ações registradas ao longo deste Relatório.

No exercício do controle externo, o Plenário do Tribunal proferiu 1.554 decisões nas 45 sessões realizadas. Foram ainda exarados 306 despachos singulares pelos Relatores. Pela Presidência foram proferidas 8 decisões e 1 decisão liminar.

Nas atividades afetas às Secretarias de Controle Externo, foram concluídas 11 auditorias e 26 inspeções, e instruídos 1.514 processos. O estoque de processos apto a ser instruído situou-se no patamar de 1.187 autos.

Em matéria organizacional, destacam-se as atividades com vistas à aplicação, no âmbito do TCDF, do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas – MMD-TC e a realização de pesquisa interna de opinião, como subsídio aos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico 2016-2019.

Na área de intercâmbio institucional, enfatiza-se o início de projeto-piloto, com a participação do TCU e de quatro TCs estaduais (TCE-ES, TCE-PE, TCE-PR e TCE-RS), para dar mais agilidade e eficiência ao controle externo, mediante a formação de uma rede nacional de fiscalização e combate a fraudes no serviço público.

Feitas estas considerações, constata-se que as ações promovidas pelo TCDF, sejam no exercício do controle externo quanto na área organizacional, atestam o empenho dos seus membros, dirigentes e servidores para cumprir a programação estabelecida no PGA/2015, em alinhamento com o Plano Estratégico desta Corte.

Equipe Responsável pelo Relatório

Coordenação Geral

Delso Ferreira da Silva Júnior
Diretor da DIPLAN

Elaboração

Robison Pereira da Silva
Auditor de Controle Externo

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico em Administração Pública

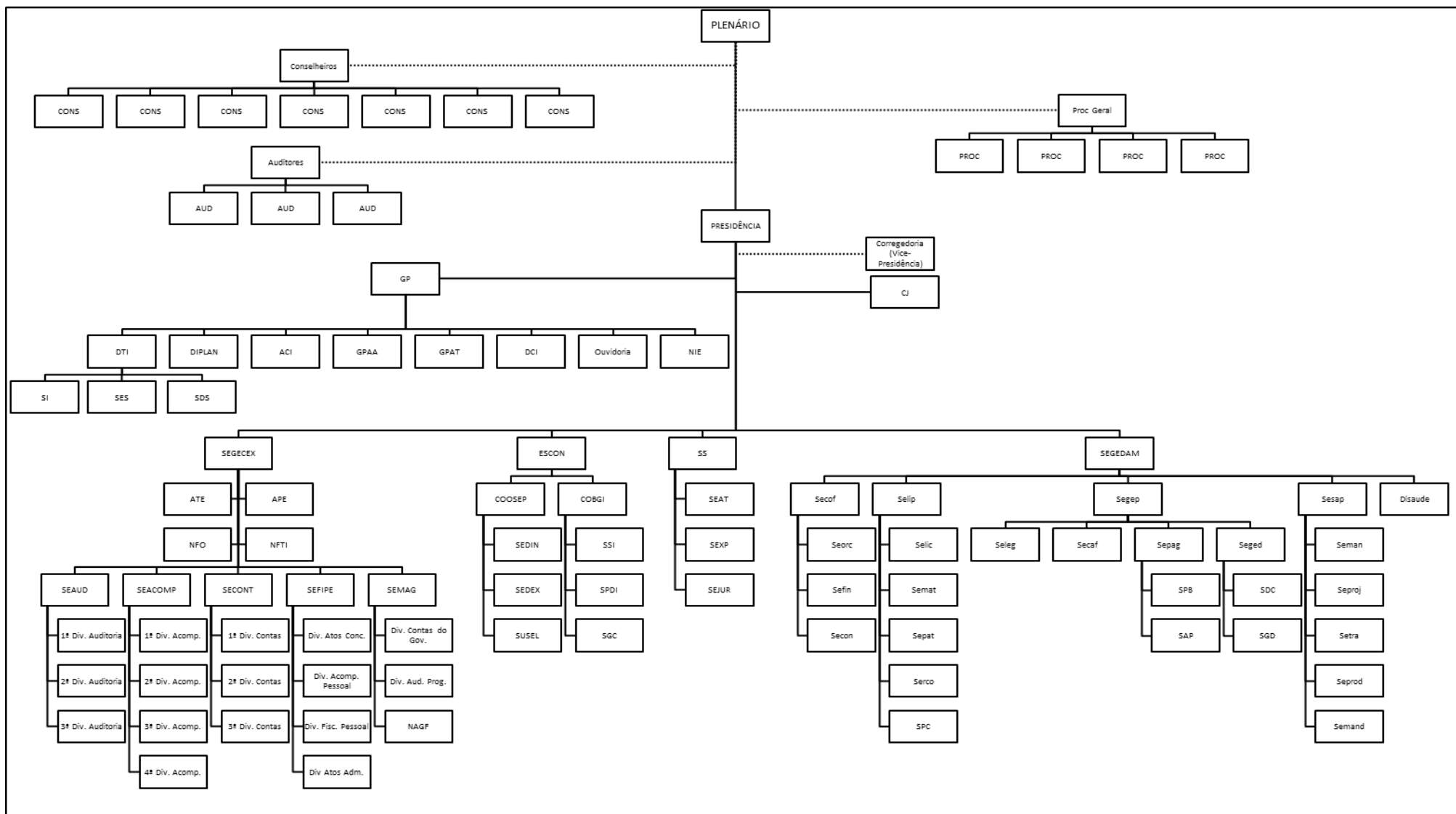
Registre-se, ainda, a participação dos servidores das unidades técnicas e administrativas no fornecimento de dados e informações.

Anexos:

Anexo 1 - Organograma do Tribunal / Significados das Siglas

Anexo 2 - Execução da Despesa

Anexo 1: Organograma do Tribunal



Anexo 1: Significado das Siglas

| | |
|---------------------|---|
| CONS | Conselheiro |
| AUD | Aditor |
| Proc Geral | Procuradoria Geral |
| PROC | Procurador |
| CJ | Consultoria Jurídica |
| GP | Gabinete da Presidência |
| GPAA | Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência |
| GPAT | Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência |
| DCI | Divisão de Controle Interno |
| ACI | Assessoria de Comunicação Institucional |
| DIPLAN | Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa |
| DTI | Divisão de Tecnologia da Informação |
| SI | Seção de Infraestrutura |
| SES | Seção de Entrega de Serviços |
| SDS | Seção de Desenvolvimento de Soluções |
| NIE | Núcleo de Informações Estratégicas |
| SS | Secretaria das Sessões |
| SEAT | Serviço de Apoio Técnico |
| SEXP | Serviço de Expedição e Plenário |
| SEJUR | Serviço de Jurisprudência |
| ESCON | Escola de Contas Públicas |
| COOSEP | Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas |
| SEDIN | Supervisão de Ações Educacionais Internas |
| SEDEX | Supervisão de Ações Educacionais Externas |
| SUSEL | Supervisão de Seleção, Lotação e Estágios |
| COBGI | Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento |
| SSI | Supervisão de Sistemas de Informação |
| SPDI | Supervisão de Pesquisa e Disseminação da Informação |
| SGC | Supervisão de Gestão de Conteúdos |
| SEGECEX | Secretaria-Geral de Controle Externo |
| ATE | Assessoria Técnica e de Estudos Especiais |
| APE | Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização |
| NFO | Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia |
| NFTI | Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação |
| SEAUD | Secretaria de Auditoria |
| Div. Auditoria | Divisão de Auditoria |
| SEACOMP | Secretaria de Acompanhamento |
| Div. Acomp. | Divisão de Acompanhamento |
| SECONT | Secretaria de Contas |
| Div. Contas | Divisão de Contas |
| SEFIPE | Secretaria de Fiscalização de Pessoal |
| Div. Ato Conc. | Divisão de Ato de Concessão |
| Div. Acomp. Pessoal | Divisão de Acompanhamento de Pessoal |
| Div. Fisc. Pessoal | Divisão de Fiscalização de Pessoal |
| Div. Ato Adm. | Divisão de Ato de Admissão |
| SEMAG | Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública |
| Div. Contas do Gov. | Divisão de Contas do Governo |
| Div. Aud. Prog. | Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos |
| NAGF | Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal |
| SEGEDAM | Secretaria-Geral de Administração |
| Secof | Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade |
| Serorc | Serviço de Execução Orçamentária |
| Serfn | Serviço de Execução Financeira |
| Secon | Serviço de Contabilidade |
| Selip | Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio |
| Sellic | Serviço de Licitação |
| Semat | Serviço de Material |
| Sepat | Serviço de Patrimônio |
| Serco | Serviço de Contratos |
| SPC | Supervisão de Planejamento da Contratação |
| Segep | Secretaria de Gestão de Pessoas |
| Seleg | Serviço de Legislação de Pessoal |
| Secaf | Serviço de Cadastro Funcional |
| Sepag | Serviço de Pagamento de Pessoal |
| SPB | Supervisão de Proventos, Pensões e Benefícios |
| SAP | Supervisão de Atendimento e Apoio aos Aposentados e Pensionistas |
| Seged | Serviço de Gestão do Desempenho e de Competências |
| SDC | Supervisão de Desenvolvimento de Competências |
| SGD | Supervisão de Gestão do Desempenho |
| Sesap | Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio |
| Seman | Serviço de Manutenção |
| Sepro | Serviço de Obras e Projetos |
| Sesop | Serviço de Segurança e Suporte Operacional |
| Setra | Serviço de Transportes |
| Seprod | Serviço de Protocolo e Preservação Documental |
| Semand | Serviço de Expedição de Mandados |
| Disaude | Divisão de Programas da Saúde |

Anexo 2: Execução da Despesa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA DESPESA - 2º TRIMESTRE DE 2015

| PROGRAMA DE TRABALHO | Dotação Inicial | Despesa Autorizada | Total Empenhado | Crédito Disponível |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO | 220.000,00 | 220.000,00 | 60.000,00 | 160.000,00 |
| CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO | 2.320.000,00 | 2.320.000,00 | 1.681.771,08 | 638.228,92 |
| ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL | 241.709.530,00 | 233.709.530,00 | 110.654.182,24 | 123.055.347,76 |
| CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES | 27.800.000,00 | 27.800.000,00 | 13.585.274,31 | 14.214.725,69 |
| MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS | 27.850.000,00 | 27.850.000,00 | 16.209.015,42 | 11.640.984,58 |
| MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO | 6.300.500,00 | 6.300.500,00 | 1.461.307,95 | 4.839.192,05 |
| GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 3.913.000,00 | 3.913.000,00 | 1.487.092,96 | 2.425.907,04 |
| CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | 1.160.000,00 | 1.160.000,00 | 185.235,48 | 974.764,52 |
| PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL | 310.000,00 | 310.000,00 | 5.000,00 | 305.000,00 |
| REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS | 11.100.000,00 | 11.100.000,00 | 42.810,52 | 11.057.189,48 |
| EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 9.050.000,00 | 17.050.000,00 | 11.264.610,01 | 5.785.389,99 |
| TOTAIS | 332.733.030,00 | 332.733.030,00 | 156.636.299,97 | 176.096.730,03 |

Fonte: SIGGO - Posição em: 08.07.2015. Mês de Referência: Junho/2015